



CENTRO SOCIAL DE GIÃO
IPSS de Utilidade Pública

Rua D. Dinis n.º 536 | 4525-302 | Gião | Santa Maria da Feira | Telefone: 227614517

NIPC: 503 315 176

1

Relatório de Gestão e Contas 2019

Mensagem do Conselho de Administração

Na nossa mensagem para o relatório e contas de 2018 caracterizávamos o **Centro Social de Gião** como **“Instituição financeiramente débil, mas forte em termos de ambição e capacidade para cumprimento da Missão de apoiar as Pessoas debilitadas”**.

Hoje, não poderíamos apresentar outra caracterização!

De facto, a Instituição – que iniciou a sua atividade em 2011 com 350.000 € de dívida bancária, decorrente da construção – **mantém debilidades financeiras que têm vindo a ser diminuídas, mas permanece forte em termos de ambição e de capacidade** para continuar a empreender e a desenvolver-se.

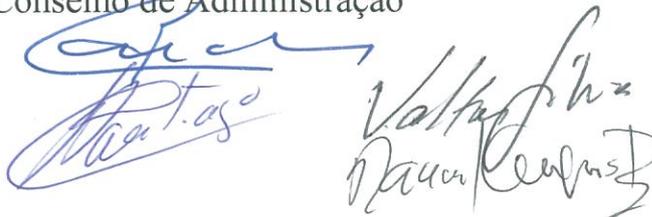
Assim, durante o ano de 2019 foi possível:

- Aumentar o Quadro de Pessoal, com vista ao aumento da Creche;
- Cumprir todos os compromissos contratualizados com a Banca;
- Proceder a uma “Consulta Prévia” a 3 Empreiteiros para as obras de “Requalificação de Espaços para aumento da Creche”;
- Contratar e realizar essas obras de requalificação;
- Dotar a Cozinha de equipamentos para a sua função plena;
- Contratualizar com a FACTUS a “Higiene e Segurança Alimentar”;
- Promover “Medidas de Auto-Protecção”;
- Realizar estudo para a “Eficiência Energética” do edifício, com emissão de “Certificado Energético”;
- Cumprir o Plano de Atividades 2019.

Hoje, ainda “débeis financeiramente”, mas ainda mais “fortes em ambição e capacidades” submetemos, de consciência tranquila, o Relatório e as Contas de 2019 à soberana apreciação dos senhores Associados.

Gião, 12 de junho de 2020.

O Conselho de Administração

The image shows two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is more fluid and cursive, while the one on the right is more structured and includes the name 'Valter' and 'Rosa'.

A Instituição

A Instituição Particular de Solidariedade Social designada por Centro Social de Gião foi constituída a 1 de março de 1993, e registada no livro das Associações de Solidariedade Social sob o n.º 17/81, cuja atividade principal é Ação Social à Infância e a Pessoas Idosas sem alojamento, tem a sua sede na Rua D. Dinis, nº 536, 4525-302 Gião e o NIPC: 503 315 176.

Contatos: 227 614 517 / 962 480 370 e email: centrosocialdegiao@gmail.com.

O Centro Social de Gião apoia e desenvolve atividades de carácter social através das seguintes respostas na área da Terceira Idade e Creche, mediante protocolos com o Instituto de Segurança Social, IP:

- Creche;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário

Missão

A instituição presta apoio à primeira infância (CRECHE) e à terceira idade (Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário) bem como à comunidade, apoiando pessoas debilitadas ou isoladas, sempre com os objetivos de promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida, no estrito respeito pela Lei e pelos acordos celebrados, nomeadamente com a Segurança Social.

3

Visão

Ser reconhecida como instituição de referência no apoio a crianças até aos 3 anos e a idosos, em qualquer situação de fragilidade, contribuindo para o desenvolvimento humano, inclusão e coesão sociais, bem como para a melhoria da qualidade de vida, baseando a sua intervenção na permanente procura da melhoria das suas práticas e na elevação dos serviços que presta.

Valores

No exercício diário das suas funções, o Centro Social de Gião valoriza e promove:

- A liberdade;
- A solidariedade;
- A responsabilidade;
- O respeito,
- A cidadania;
- A proximidade;
- A cooperação;
- O compromisso;
- A qualidade;
- A excelência.

- **Órgãos Sociais - Constituição dos Corpos Sociais a 31 de dezembro de 2019 (Quadriénio 2016 a 2019)**

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Fernanda Paula Marques de Oliveira

1º Secretário – Jacinta Reis da Costa

2º Secretário – Carlos Manuel Silva Fonseca

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Manuel Joaquim Baptista Cardoso

Tesoureiro – António Gomes de Santiago

Secretário – Válder Miguel Ferreira da Silva

1º Vogal – Fernando António Gomes de Almeida

2º Vogal – Óscar Manuel Pinto dos Reis

- ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Presidente – Maria Celeste Baptista Cardoso Patrício

1º Vogal – José Augusto de Jesus Freitas

2º Vogal – Raquel Alexandra Valente Baptista Cardoso

- **Associados**

Associados – 2019	
Nº Total de Associados em 31 de dezembro	83

- **Acordos com o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP)**

Resposta Social	Capacidade	Acordo de Cooperação	Frequências de dezembro/2019
CRECHE	26	25	26
Centro de Dia	40	22	25
Serviço de Apoio Domiciliário	20	20	20

Comparticipação do ISS, IP

Centro de Dia				
Acordo de Cooperação ISS, IP	Total 2018	Por Utente mensal	Total 2019	Por Utente
	23.082,60€	113,15€	24.475,99€	117,11€
Serviço de Apoio Domiciliário				
Acordo de Cooperação ISS, IP	Total 2018	Por Utente mensal	Total 2019	Por Utente
	70.494,18€	293,73€	65.076,00€	304€
Creche				
Acordo de Cooperação ISS, IP	Total 2018	Por Utente mensal	Total 2019	Por Utente
	86.785,48€	289,28€	88.553,16€	273,87€

- **Redes, Parcerias e Cooperação**
- Instituto da Segurança Social, IP; Camara Municipal de Santa Maria da Feira; Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande;
- Farmácia da Granja; Clínica Fisiátrica de Lourosa; Clínica Médica Dentária de Gião; Cabeleireira Mafalda Gomes de Fajões; Papelaria Liperlãs; Fórum Sénior; Fórum Social de Freguesias; CLAS; Bridge - Ótica de Fiães; e Fit Arena – Ginásio.

➤ Respostas Sociais |

Creche

A creche é um estabelecimento educativo que ministra apoio pedagógico e cuidados às crianças com idade compreendida entre os 4 meses e os três anos de idade.

Valores relativos às participações familiares dos Clientes

Participação Familiar dos Clientes			
Resposta Social	Total 2017	Total 2018	Total 2019
CRECHE	25.345,73€	25.267,44€	37.644,25€

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida na sede da Instituição durante o dia e que consiste na prestação do conjunto de serviços mencionados no quadro abaixo (página 9), em dias úteis, de 2ª feira a 6ª feira, das 8h00 às 17h30.

Encerra nos feriados nacionais, feriado municipal (20 de janeiro), terça-feira de Carnaval e 2ª feira de Páscoa.

Durante o ano de 2019, o Centro de Dia prestou apoio no total a 37 utentes, dos quais ocorreram 12 saídas.

6

Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Durante o ano de 2019, o Serviço de Apoio Domiciliário prestou apoio a 30 utentes, recebendo uma participação mensal referente a 20 utentes.

O Serviço de Apoio Domiciliário presta os seus serviços de segunda a domingo, nos 365 dias do ano.

Comparticipação Familiar dos Clientes			
Resposta Social	Total 2017	Total 2018	Total 2019
CD	21.800,10€	35.992,33€	44.720,95€
SAD	35.794,16€	42.623,78€	48.426,76€

➤ Recursos Humanos - Quadro de Pessoal Afeto ao Centro Social de Gião a 31/12/2019

Pessoal	Data de Admissão	Estado	Categoria Profissional	Vinculo
S. I. O. S. A.	19/12/2011		Ajudante Ação Educativa 1ª	Quadro
S. C. A. O. P.	19/12/2011		Ajudante Ação Educativa 1ª	Quadro
R. F. G. V.	10/07/2012		Encarregado de Sector	Quadro
M. S. A. S.	01/12/2013	CIT	Ajudante Ação Direta 2ª	Quadro
S. M. S. H.	01/10/2014		T.S. Ed. Social 3.ª	Quadro
C. S. M. R.	01/09/2015		Educadora de Infância	Quadro
C. M. C. A.	01/12/2015		Escriturária Principal	Quadro
A. C. D. C.	03/06/2016		Animadora Cultural	Quadro
D. C. O. C.	01/02/2017		Ajudante Ação Direta 3ª	Termo Incerto
F. M. C. P.	13/02/2017		Ajudante Ação Direta 3ª	DLD medida
V. M. P. S.	22/06/2017		Ajudante Ação Direta 3ª	Quadro
S. G. S.	01/02/2018		Ajudante Ação Educativa 3ª	Termo Incerto
B. M. R. R.	02/04/2018		Diretor Serviços	A termo certo
S. R. F. G.	14/05/2018		Auxiliar Serviços Gerais	Quadro
E. T. G.	20/05/2019		Auxiliar Serviços Gerais	A Termo Certo
T. G. S. P.	22/07/2019	LP	Auxiliar Serviços Gerais	A Termo Certo
F. M. P. O.	02/09/2019		Cozinheira de 3ª	A Termo Certo
C. I. R. C. C.	02/09/2019	LP	Auxiliar Serviços Gerais	A Termo Certo
S. R. H. P.	02/09/2019		Educadora de Infância	A Termo Certo
D. M. P. R. M.	18/09/2019		Ajudante de Cozinha	A Termo Certo
L. P. F. P.	09/12/2019		Ajudante de Cozinha	A Termo Certo

7

• Custos com o pessoal

Custos com o Pessoal	2018	2019
	240.721,56 €	261.483,18 €

- **Formação**

A Formação é fundamental para o bom desempenho da atividade. O Plano de 2019 foi cumprido e está previsto para o ano de 2020, como prioritário a Formação em Primeiros Socorros Pediátricos e o HACCP.

Tipo	Nº Horas
Relacionamento Interpessoal	25h
Primeiros Socorros	25h

- **Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho (SHST)**

De acordo com a legislação em vigor (lei n.º 102/2009 de 10 de setembro), as Entidades Empregadoras são responsáveis por oferecer um ambiente de trabalho seguro para os colaboradores. A SHST procura reduzir os riscos profissionais, identificando e minimizando fatores que podem, eventualmente, afetar o ambiente dos colaboradores. A segurança no trabalho sensibiliza os colaboradores e procura eliminar as condições inseguras, prevenindo os acidentes de trabalho.

A responsabilidade de ter higiene e segurança no trabalho aplica-se a todos os ramos de atividade, setores privado, cooperativo e social, aos trabalhadores por conta de outrem e respetivos empregadores, aos trabalhadores independentes, aos serviços domésticos e ao trabalho prestado sem subordinação jurídica (o prestador de trabalho encontra-se na dependência económica do beneficiário da atividade).

Segundo a mesma Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro, descreve regras gerais que devem ser cumpridas pelas Entidades empregadoras, nomeadamente:

- assegurar o exercício da atividade em condições de segurança e de saúde (de acordo com os princípios gerais de prevenção);
- disponibilizar informação e formação adequadas para que os colaboradores possam desenvolver a atividade em condições de segurança e de saúde;
- adotar medidas e instruir os trabalhadores para que possam cessar atividade em caso de perigo grave e/ou iminente;
- adotar medidas de primeiros socorros e de combate a incêndio e evacuação, identificando os colaboradores responsáveis pela sua aplicação;
- Vigiar a saúde dos colaboradores em função dos riscos a que estes se encontram potencialmente expostos;
- observar as prescrições legais, gerais e específicas, de segurança e saúde a serem aplicadas na empresa;
- suportar os encargos com a organização e funcionamento do serviço de segurança e saúde do trabalho e respetivas medidas de prevenção.

Por sua vez, **os colaboradores têm as seguintes obrigações:**

- cumprir as instruções definidas pelo empregador;
- zelar pela sua saúde e segurança, assim como dos outros que possam ser afetados pelas suas ações ou omissões no trabalho;
- utilizar corretamente máquinas, equipamentos, materiais e substâncias perigosas de trabalho, assim como meios e equipamentos de proteção coletiva e individual;

- comunicar imediatamente quaisquer avarias e deficiências que possam originar perigo ou defeitos encontrados nos sistemas de proteção;
- adotar medidas previamente estabelecidas para situações de perigo grave e/ou iminente;
- comparecer aos exames determinados pelo médico do trabalho.

Assim, e cumprindo as orientações legais, estes serviços estão assegurados pelo Centro Médico da Praça, empresa autorizada para o efeito, de acordo com o sítio da Direção Geral de Saúde, até setembro de 2020.

- **HACCP**

DE acordo com o sítio da ASAE, o HACCP é uma sigla internacionalmente e conhecida para Hazard Analysis and Critical Control Point ou Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos.

O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) tem na sua base uma metodologia preventiva, com o objetivo de poder evitar potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, através da eliminação ou redução de perigos, de forma a garantir que não estejam colocados, à disposição do consumidor, alimentos não seguros.

O sistema HACCP baseia-se na aplicação de princípios técnicos e científicos na produção e manipulação dos géneros alimentícios desde "o prado até ao prato".

Assim, com o funcionamento da cozinha e de acordo com o Regulamento (CE) nº 852/2004, nº 207/2008, CN nº 12/DSE/2006, Despacho nº 10919/2017 e recomendações da ASAE, foi imperioso contratualizar com uma entidade que respeitasse as normas legais e iniciasse a implementação. A entidade mais favorável foi a Factus – Meganível, LDA, com o CAE: 81291 autorizado pelo Ministério das Finanças e Ministério da Economia.

Cozinha gastos | Quadro Comparativo

Quadro exemplificativo dos Custos inerentes ao funcionamento da cozinha:

Cozinha					
	Cozinha	Eurest	R. Dindão	Lanches/outros	Total
Janeiro		2324,85	404,00 €	262,01 €	2 990,86 €
Fevereiro		2261,64	392,00 €	241,29 €	2 894,93 €
Março		2447,52	572,00 €	282,78 €	3 302,30 €
Abril		2163,83	524,00 €	426,78 €	3114,61 €
Maio		2539,35	468,00 €	251,47 €	3 258,82 €
Junho		2066,78	615,00 €	241,39 €	2 923,17 €
Julho		2713,29	416,00 €	172,43 €	3 301,72 €
Agosto	1 706,60 €		560,00 €		2 266,60 €
Setembro	4 393,27 €		52,00 €		4 445,27 €
Outubro	3 574,34 €				3 574,34 €
Novembro	3 206,81 €				3 206,81 €
Dezembro	3 005,48 €				3 005,48 €
Total	15 88,50 €	16 517,26	4 003,00 €	1 878,15 €	37 886,78 €
				21 994,41 €	
Entre eurest e Cozinha	- 624,89 €	- 6 102,72 €			
OBS:	Está incluído na cozinha os gastos inerentes à creche + cd + sad (lanches e outros) e não constam na Eurest e Dindão				

- **Nível de execução do Plano de Atividades de 2019**

No que concerne ao plano de atividades, respeitante às respostas sociais, foram cumpridos. Concluíram-se outras atividades não previstas, como passeios (Santuário de Fátima entre outros) e campanhas de sensibilização que foram concluídas.

Em termos gerais foi concluída a instalação dos equipamentos de cozinha, e iniciaram-se os serviços em agosto com a contratualização de dois elementos. As obras da Creche foram concluídas dentro do prazo e, efetuou-se uma candidatura ao Programa 2020, da Área Metropolitana do Porto.

De forma a mostrar o trabalho realizado ao longo do ano, à comunidade e familiares, realizou-se com sucesso a 1ª Gala do Centro Social, pelo aniversário, onde os utentes, colaboradores, voluntários e administração apresentaram um desfile de moda (crianças e seniores).

- **Informação, Comunicação e Imagem**

A informação e a comunicação são fundamentais para o desempenho de boas práticas e assim, no site <http://www.csgiao.pt> consta a informação relativa a os relatórios de atividades e contas, assim como, o orçamento.

De forma a dar continuidade ao já referido, para além da informação e comunicação, consideramos importante, dar a conhecer diariamente o trabalho desenvolvido “entre portas” assim como, as parecerias. A página do facebook promove maior proximidade com familiares e com a comunidade em geral.

Para além do formato digital, o Centro Social de Gião, tem participado nas atividades da União de Freguesias assim como, nas atividades programadas pelo município, de forma a promover a instituição.

- **Atividades de Angariação de Fundos**

Ao longo do ano foram realizados eventos para o caixa corrente, para apoiar nas despesas correntes (saídas, obras, cozinha, etc.). O quadro seguinte demonstra:

Evento	Data	Valor Recebido	Recibo
Fotos Natal 2018	03/01/2019	150,00 €	2019/1
	10/01/2019	9,50 €	2019/7
Rifas Natal	22/01/2019	236,70 €	2019/17
Fogaças	22/01/2019	315,00 €	2019/18
Mercado de Inverno	30/01/2019	36,00 €	2019/20
		15,00 €	2019/21
		20,00 €	2019/22
Visita Santuário Fátima	05/06/2019	575,00 €	2019/59
Festival da Francesinha	13/06/2019	120,00 €	2019/67
		367,20 €	2019/69
Festival Young Fest	09/07/2019	1.319,70 €	2019/72
1ª Gala		1.685,00 €	Ficheiro WINUT
		1.109,50 €	
Total		5.958,60 €	

11

- **Donativos**

Ao longo do ano 2019, a comunidade foi solidária com a nossa instituição, para além dos eventos, beneficiamos de outros donativos, como se pode verificar no quadro seguinte:

Donativos	Eventos	Outros	Total
	5.958,60 €	15.895,18€	21.853,78€

Estes apoios oriundos dos benfeitores foram essenciais para a execução das atividades, aos quais agradecemos pela confiança e participação no nosso dia-a-dia.

Conclusão

Este ano demos seguimento e consolidámos o trabalho lançado anteriormente. Planeamos novas ações e caminhos, e melhorámos, em concreto, múltiplos serviços aos nossos utentes, as condições de trabalho, a formação dos trabalhadores e aumentámos os salários de acordo com o contrato coletivo de trabalho.

A Instituição continuou atenta à comunidade e procurou ir ao encontro das novas realidades e alterações sociais, para dar uma melhor resposta aos candidatos a utentes, sócios e em geral quem procura a instituição.

Como já referido anteriormente, na mensagem deste Conselho Administração, foram inúmeros os investimentos e o progresso, mas é de salientar a importância da cultura na população sénior, as atividades recreativas, a animação sociocultural e o estímulo a uma vida ativa dos nossos utentes quer em Centro de Dia quer em SAD, o elevado profissionalismo e empenho de todos os Técnicos, colaboradores e de toda a Instituição.

Em suma, o ano 2019 foi um ano de grande exigência de trabalho, com enormes desafios, face às necessidades de uma instituição como a nossa. Mantivemos o rigor na gestão e a busca da constante melhoria da qualidade na prestação dos serviços como imagem de marca para a qual o Conselho de Administração dirigiu o seu foco e empenho.

Anexo – Balanço Reduzido

Anexo – Demonstração de Resultados

Anexo – Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Anexo - Parecer do Conselho Fiscal

Anexos

CENTRO SOCIAL DE GÍÃO

Data: 2019/12/31

BALANÇO REDUZIDO (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2019

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		928 923,15	894 423,77
Outros activos financeiros		2 391,77	1 867,86
		931 314,92	896 291,63
Activo corrente			
Clientes		4 900,00	
Estado e outros entes públicos		442,47	3 248,83
Diferimentos		1 537,56	46 138,84
Caixa e depósitos bancários		19 118,40	9 097,80
		25 998,43	58 485,47
Total do Activo		957 313,35	954 777,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPTAL PRÓPRIO			
Capital realizado		30 000,00	30 000,00
Resultados transitados		-903,10	-1 389,66
Outras variações no capital próprio		511 951,33	526 903,06
		541 048,23	555 513,40
Resultado líquido do período		38,69	486,56
		541 086,92	555 999,96
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		541 086,92	555 999,96
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		272 065,02	265 892,24
		272 065,02	265 892,24
Passivo corrente			
Fornecedores		80 514,07	76 506,78
Estado e outros entes públicos		19 446,06	10 178,56
Outras Contas a pagar		44 201,28	46 199,56
		144 161,41	132 884,90
Total do Passivo		416 226,43	398 777,14
Total do capital próprio e do passivo		957 313,35	954 777,10

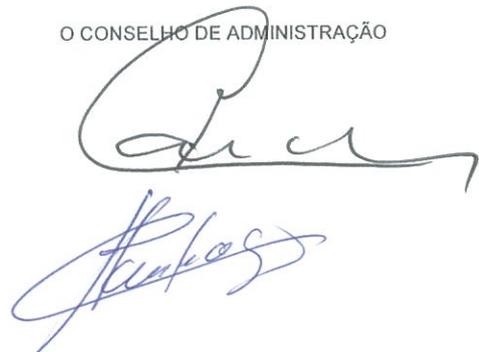
O CONTABILISTA CERTIFICADO



208370374

50765

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CENTRO SOCIAL DE GIAO

Data: 2019/12/31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Reduzido)

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2019

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		129 815,47	103 883,55
Subsídios à exploração		230 010,98	232 319,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11 082,42	-4 064,15
Fornecimento e serviços externos		-104 268,14	-93 287,24
Gastos com o pessoal		-261 483,18	-240 721,56
Outros rendimentos e ganhos		47 581,61	29 825,63
Outros gastos e perdas		-4 575,02	-2 408,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25 999,30	25 547,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-21 856,14	-20 926,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 143,16	4 621,12
Juros e gastos similares suportados		-4 104,47	-4 134,56
Resultado antes de impostos		38,69	486,56
Resultado líquido do período		38,69	486,56
Resultados das actividades descontinuadas incluído no			

O CONTABILISTA CERTIFICADO



208370374

50765

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício 2019

1. Identificação da entidade:

O Centro Social de Gião é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº 258 de 05/11/1999, Série III, com sede em R. D. Dinis, nº 536, Gião. Tem como atividade principal cuidados para crianças sem alojamento, atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, outras actividades de apoio social sem alojamento.

2. Referencial contabilístico:

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, deste modo já há comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2019.

3. Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas.

3.1.3. Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada abaixo referidas:

Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções: 2,00%
Edificações Ligeiras: 16,66%
Equipamento Básico: 16,66 %
Equipamento Transporte: 25,00%
Equipamento administrativo: 20,00%
Outros ativos fixos tangíveis: 16,66%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem "Bens do património histórico e cultural".

3.2.3. Propriedades de Investimento

Não existem "Propriedades de Investimento"

3.2.4. Ativos Intangíveis

A Entidade não possui Ativos Intangíveis.

3.2.5. Investimentos financeiros

O valor dos Investimentos Financeiros mencionados nesta rubrica refere-se ao valor dos Fundos Compensação do Trabalho (FCT) e à retenção do Fundo Reestruturação Segurança Social.

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro

resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- o Alterações no risco segurado;
- o Alterações na taxa de câmbio;
- o Entrada em incumprimento de uma das partes;
- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como

resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença

entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimo – Montepio	145 221,30	0,00	160 767,24	0,00
Fundo Reestruturação Sector Solidário	78 843,72	0,00	105 125,00	0,00
Montepio – Crédito	30 000,00	0,00		
TOTAIS	272 065,02	0,00	265 892,24	0,00

Locações

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Contrato 95.44.000099-0	0,00	8 141,00	0,00	10 426,76
TOTAIS	0,00	8 141,00	0,00	10 426,76

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem

depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público/património histórico, artístico e cultural

A Entidade não usufrui de bens do domínio público/património histórico, artístico e cultural.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Rubricas	Inicial	Adições	Alienações	Final
Edifícios e Outras Construções	922 338,28	0,00	0,00	922 338,28
Equipamento Básico	44 552,19	0,00	0,00	44 552,19
Equipamento Transporte	48 164,58	0,00	0,00	33 296,03
Outros Ativos Fixos tangíveis	48 877,37	0,00	0,00	48 877,37
Investimentos em Curso	0,00	56 335,52	0,00	56 335,52
TOTAL	1 063 932,42	56 335,52	0,00	1 120 267,94

DEPRECIAÇÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reg./Abates	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	103 170,01	9 223,38	0,00	112 393,39
Equipamento Básico	22 820,97	2 634,45	0,00	25 455,42
Equipamento Transporte	14 899,70	6 020,57	0,00	20 920,27
Outros Ativos Fixos tangíveis	28 617,97	3 977,74	0,00	32 595,71
TOTAL	169 508,65	21 856,14	0,00	191 364,79

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventário de Mercadorias, Matérias-primas e subsidiárias		
Movimentos	2019	2018
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	11 082,42	4 064,15
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Custos no exercício	11 082,42	4 064,15

7. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rédito	2019	2018
Prestações de Serviços	129 815,47	103 883,55
Subsídios, Doações e Legados	230 010,98	232 319,92
Donativos	21 761,53	11 535,40
Outros	25 820,08	18 290,97
TOTAIS	407 408,06	366 029,10

8. Imposto sobre o Rendimento

A atividade da IPSS é na sua totalidade isenta de IRC.

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos/sociais/... da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 18 e em 31/12/2019 foi de 19.

Gastos com o pessoal	2019	2018
Pessoal	203 925,84	185 181,51
Encargos com remunerações	39 812,77	35 212,74
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 163,48	2 221,26
Outros Gastos com o Pessoal	15 581,09	18 106,05
TOTAL	261 483,18	240 721,56

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2019	2018
Seguros	1 537,56	3 043,84
Rendimentos a reconhecer – Poise – Programa Op. Inclusão Social	0,00	43 095,00
TOTAL	1 537,56	46 138,84

11.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Fluxos de Caixa	2019	2018
Caixa	192,58	2 199,26
Depósitos à ordem	18 925,82	6 898,54
Depósitos a prazo	0,00	0,00
TOTAL	19 118,40	9 097,80

11.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais	2019	2018
Fundo Social	30 000,00	30 000,00
Resultados Transitados	(903,10)	(1 389,66)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	511 951,33	526 903,06
Resultado líquido do exercício	38,69	486,56
TOTAIS	541 086,92	555 999,96

11.4. Clientes/Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" e "Clientes" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2019	2018
Fornecedores c/c	80 514,07	76 506,78
Fornecedores títulos a receber	0,00	0,00
TOTAIS	80 514,07	76 506,78
Clientes	2019	2018
Cliente c/c	4 900,00	0,00
Clientes / Utentes	0,00	0,00
TOTAIS	4 900,00	0,00

11.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Dr	Cr	Dr	Cr
Retenção Juros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções de IR	0,00	1 036,26	0,00	1 344,69
Sobretaxa	0,00	0,00	0,00	0,00
IVA Reembolsos Pedidos	430,05	0,00	1 925,18	0,00
Segurança Social	0,00	18 397,38	0,00	8 833,87
Fundos Compensação Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	430,05	19 433,64	1 925,18	10 178,56

11.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal:	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunerações a pagar	0,00	12 392,09	0,00	11 686,41
Fornecedores de Investimentos	0,00	12 168,77	0,00	10 426,76
Credores por acréscimo de gastos	0,00	18 440,42	0,00	13 186,39
Outros Devedores e Credores	0,00	1 200,00	0,00	10 900,00
TOTAIS		44 201,28	0 00	46 199,56

11.7. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios ISS	178 105,15	180 362,26
Subsídios IEFP	0,00	1 257,66
Outros subsídios	51 905,83	50 700,00
Doações	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
TOTAIS	230 010,98	232 319,92

11.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Fornecimentos e Serviços	67 585,65	64 923,69
Materiais	5 700,96	2 516,28
Energia e Fluidos	20 016,49	17 466,56
Deslocações, Estadas e Transportes	1 887,35	133,95
Serviços Diversos	9 077,69	8 246,76
TOTAIS	104 268,14	93 287,24

11.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	27 439,51	19 467,97
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,10	0,00
Outros Rendimentos	20 142,10	10 357,66
TOTAIS	47 581,61	29 825,63

11.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	4 138,69	1 152,80
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Outros	120,00	853,34
TOTAIS	4 258,69	2 006,14

11.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Gastos e perdas de financiamento		
Juros Suportados	4 097,59	4 499,61
Outros gastos e perdas de financiamento	323,21	36,99
TOTAIS	4 420,80	4 536,60
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos		
Juros Obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	10 357,66
TOTAIS	0,00	10 357,66

11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gião, 24 de junho de 2020

O Contabilista Certificado



208370374

50765

O Órgão Deliberativo

